INTERESSADA: MAÍSA DA COSTA GIÚDICE

ASSUNTO: Regularização de vida escolar

RELATOR: Conselheiro ALFREDO GOMES

PARECER CEE Nº 1148/75; CSG; Aprov. em 16/4/75

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU, em 18 de dezembro de 1974, e o Plenário, por Deliberação, aprovaram o voto do Relator concluindo pela solução na conformidade da Deliberação C.E.E. nº 16/73 e Regimento da Escola, do que houve recurso devidamente apreciado, agora com o esclarecimento de que a aluna poderia ser submetida à avaliação de aproveitamento, "respeitados os índices de freqüência previstos na Deliberação CEE nº 16/73 e o que dispuser o Regimento Interno do Colégio Santa Marcelina quanto aos critérios de aprovação", pronunciamento esse também adotado pela Câmara de Ensino de Segundo Grau, em sessão de 17 de janeiro do corrente ano.

2. Todavia, o peticionário, "na qualidade de pai e responsável" pela aluna MAÍSA COSTA GIÚDICE, alegando "que a direção daquele estabelecimento ao tomar conhecimento da decisão teve dúvidas quanto à sua aplicabilidade, por entender que a mesma não está suficientemente clara" em documento acolhido pelo Colendo Conselho, fez com que o Processo retornasse ao Relator, configurando, portanto, o que, na área processual jurídica, se denomina embargo declaratório, inexistente, porém, ao que se saiba no campo administrativo. Visou, conseqüentemente, ao reexame da matéria debatida no processo, embora em nenhuma das manifestações houvesse discordância no concernente ao voto do Relator, sempre recebido por decisão unânime.

"Summum jus, summa injuria". Não haveria o relator de ficar pelos excessos de justiça para cair no excesso de injustiça, e, mais, tinha diante de si a argüida carência de clareza do voto, ainda que o houvesse em conta de "óbvio ululante". Alvitrou, pois, diligência visando à dissipação da nebulosidade na increpada elocução.

E da resposta da Senhora Diretora do Colégio Santa Marcelina, confirma-se a clareza meridiana do texto conclusivo dispondo quanto à situação da aluna desde que harmonizada ao "índice de freqüência exigido pela Deliberação CEE nº 16/73 e igualmente pelo Regimento Escolar do Colégio Santa Marcelina" (fls. 56, 57 e 58)

3. Entretanto, em sua nova petição, datada de 20 de fevereiro deste ano, alude ao Processo nº 1761, objeto do Pareder nº 2464, CPG, aprovado pelo Colendo Conselho, por unanimidade, em 18 de outu-

bro de 1974, convalidando-se, em caráter excepcional, a matrícula de uma aluna, no segundo semestre, na oitava série de determinado estabelecimento de ensino, sem se levar em consideração todo o primeiro semestre de 1974, que a referida aluna passou no estrangeiro em frequentar escola alguma. Tomou-se por fundamento legal a alínea b do § 3º do artigo 14 da Lei nº 5692/71, acenada a possibilidade de vir a ter aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento, embora com frequência inferior a 75%. É certo que a disposição se aplica a aluna que "tenha tido" e não ao que "venha a ter", mas, no caso, a aluna iria correr o risco dos resultados finais em face da dedicação aos estudos.

Admitida, analogicamente, e, para fins de exame da questão suscitada, a aluna MAÍSA DA COSTA GIUDICE, já foi abrangida pela carência de faltas em face do disposto na Deliberação CEE nº 16/73 que fixou em 60% o índice de aproveitamento pertinente ao disposto na alínea c do § 3º do art. 14 da Lei 5.692/71, e a frequência mínima recomendada de 50% ou quanto à alínea b, além de não ser favorecida pelo artigo 68 do Regimento Interno da Escola, nos limites nele fixados: 75% do total das aulas dadas na respectiva disciplina, área de estudos ou atividades, se o seu aproveitamento for igual ou superior a 5 (cinco); 50% do total das aulas, se o seu aproveitamento for superior a 8 (oito); e 60% desde que demonstre melhoria de aproveitamento em estudos realizados a título de recuperação. Com exceção de dois conceitos BOM (História e Matemática), os demais são REGULAR (6: Português, Inglês, Educação Moral e Cívica, Psicologia, Química e Ensino Religioso) e INSUFICIENTE (2: Física e Biologia). Quanto à frequência, não alcança 50% em Inglês (49%), Educação Moral e Cívica (40%), Psicologia (44,6%), Física (45,7%), e Ensino Religioso (49,7). De acordo com o Regimento Interno, estaria reprovada em Física e Biologia (fls.57), embora se realcem, em contra-partida, os valores obtidos em Matemática e História.

4. Não encontra o Relator razões para modificar o pronunciamento anterior, aliás, reafirmado e reiterado nesta

II - CONCLUSÃO

À vista do esclarecimento apresentado pelo estabelecimento de ensino a situação da interessada, MAÍSA DA COSTA GIUDICE foge ao abrigo da Deliberação CEE nº 16/73 e, igualmente, do Regimento Escolar do Colégio Santa Marcelina, devendo, portanto, repetir a série.

São Paulo, 09 de abril de 1975

a) Conselheiro ALFREDO GOMES - Relator

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 16 de abril de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães - Presidente